

ATA 19/05 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos seis dias do mês de outubro de 2005, com início as 19:00hs, tendo por local o auditório da Secretaria Municipal da Saúde, na Av. João Pessoa, 325, realizou-se mais uma Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, tendo a seguinte Pauta: 1) Apresentação, 2) Leitura da Ata Resumida 18/05 e Votação da Ata 17/05, 3) Informes, 4) Leitura Pareceres 34/05, 37/05, 39/05, 40/05 e 41/05 e 5) Pauta Principal, Apresentação do Orçamento da Secretaria da Saúde para o ano de 2006. Estão presentes os seguintes Conselheiros: **1) Nei Carvalho, 2) Oscar Paniz, 3) José Antônio dos Santos, 4) Darcy Villanova Azevedo, 5) Angela Regina Groff Nunez, 6) Riograndino de Oliveira, 7) Nelson Dalmás, 8) Clodomar Freitas, 9) Janete Mengue da Silva, 10) Ione Terezinha Nichele, 11) Deoclides Almeida, 12) Maria Ivone Dill, 13) Maria Encarnacion Ortega, 14) Vanise de Almeida Santos, 15) Elen Maria Boba, 16) Ana Maria Cirne, 17) Zailde Freitas da Silva, 18) Luciana Zanetti, 19) Alexandre Bitencourt Kuplich, 20) Mariza de Fátima Waschburger, 21) Sandra Lúcia Santos Medeiros, 22) Sandra Mello Perin, 23) Lisia Hausen Gabe, 24) Aridane Duarte, 25) Isis Azevedo da Silveira, 26) Elaine Rosner Silveira, 27) Cláudia Feldmann, 28) Jairo Tessari, 29) Alcides Pozzobon, 30) Izolda Machado Ribeiro, 31) Pedro Guss, 32) Márcia Nunes.** Os Conselheiros Suplentes são: **1) Júlio Tadeu Dias Vidal, 2) Carmen Bittencourt, 3) Ernani Tadeu Ramos, 4) Walmir Labatut, 5) Raul Martins.** Justificaram a não presença: 1) Filamar Marley dos Santos, 2) Zilda de Moraes Martins, 3) Maria Geneci Macedo da Silveira, 4) Alair Rosinete Silva, 5) Rosa Anacleto Vaz Carvalho, 6) Carlos Alexandre Geyer e 7) Humberto José Scorza. É feita a leitura da Ata Resumida 18/05 pela Conselheira ANA CIRNE. O Coordenador questiona a Plenária se há alguma correção a ser feita na Ata 17/05. Nada havendo são colocadas em votação a Ata Resumida 18/05 e a Ata 17/05, que são aprovadas por 23 votos favoráveis, nenhum contrário e 7 abstenções. O Coordenador NEI CARVALHO abre para informes e o Conselheiro VIEIRA se manifesta, dirigindo-se ao Sr. RAUL MARTINS, dizendo que a reunião proposta para 24 de Setembro foi cancelada pelo Gerente Distrital, o qual avisou todas as partes, mas não avisou à ele, VIEIRA. Reclama também o Sr. VIEIRA do atendimento da U S Belém Novo, citando um fato ocorrido com sua família. Diz que encontrou um mosquito da Dengue, comunicou à Unidade, foi chamado, junto com a esposa, para fazer exames. Nada foi constatado nele, porém na esposa havia suspeita e o médico do laboratório solicitou novo exame e com urgência. Segundo o Sr. VIEIRA, esta urgência demorou quatro meses e o encaminhamento só aconteceu pois ele foi ao Ministério Público e aí, neste dia, é que a esposa foi chamada para fazer o exame. Se manifesta o Conselheiro PAULO STOELBEN, representante do Crefito. Diz que sua Entidade está avaliando Projetos referentes à Fisioterapia e Terapia Ocupacional apresentados por profissionais da área. Caso aprovados, haverá premiação em dinheiro. Comunica também o lançamento de uma Cartilha, com diversos temas, dia 19 de outubro e que posteriormente será entregue à este Conselho. Fala o Conselheiro JAIRO TESSARI. Diz que seu assunto é algo grave, que os têm incomodado bastante, como Hospitais Filantrópicos, organizados nacionalmente, em 20 Estados. Reunidos em Brasília, em Agosto, concluíram que deviam fazer um movimento nacional, para que a sociedade soubesse dos problemas que temos e as questões pendentes a muito tempo sejam ouvidas. Como tudo tem que acontecer em Brasília, dias 24 e 25 de outubro de 2005 reuniremos em torno de 5 mil pessoas destes 20 Estados para conversar com os diversos ministérios e talvez com o Presidente da República. Neste mesmo dia entraremos com ação na justiça, conta os Gestores do SUS, buscando o cumprimento do equilíbrio econômico e financeiro do

50 Contrato com os Prestadores de Serviço. Paralelamente a isso, dia 18 de outubro, haverá
51 uma paralisação de toda a Atenção Eletiva em todos estes 20 Estados. Isto tudo foi
52 embasado juridicamente, pois sabemos de nossa importância e também sabemos o que
53 podemos fazer e o que não podemos fazer. Notificamos todos os Gestores do SUS. O Dr.
54 OSMAR TERRA, o Dr. PEDRO GUSS, o Conselho Estadual de Saúde, o Conselho
55 Municipal de Porto Alegre, deverá receber a comunicação. Aqui no Rio Grande do Sul
56 resolvemos questionar o desvio de recursos do Orçamento do Estado, que deveriam ir para
57 a Saúde mas vão, por exemplo para o IPE, que não cumpre a Universalidade do SUS. Fala
58 o Conselheiro NELSON DALMÁS, que também é Coordenador da Câmara Técnica do
59 Hospital Parque Belém. Comunica que na reunião que realizaram em primeiro de outubro de
60 2005, esteve presente e transmitiu, ao vivo a reunião, a Rádio Esperança. Estava presente o
61 Vereador SEBENELLO, autor da proposição de criar o Pronto Socorro da Zona Sul naquele
62 Hospital. Comentou que verba que a Deputada IEDA CRUSIUS havia indicado para auxiliar
63 na instalação daquele Pronto Socorro, passou para a Ampliação do Aeroporto Salgado Filho.
64 Cobra também o Sr. DALMÁS, do Coordenador NEI e da Secretaria a verba conquistada no
65 OP do Estado, Municipalização Solidária, 2001/2002, no valor de R\$400.000,00. No ano
66 passado ficou estabelecido que seriam R\$280.000,00. A Secretária disse, no ano passado,
67 que esta verba seria repassada ao Hospital este ano, mesmo o Estado não enviando este
68 dinheiro ao Município. Este valor tem que ir para o Parque Belém, conforme estabelecido em
69 Ata e conforme Projetos apresentados para a Traumatologia. Gostaria que até a reunião do
70 próximo dia 20 de outubro esta resposta nos seja fornecida. Fala o Conselheiro
71 DEOCLIDES, e comenta sobre as reuniões que têm ocorrido sobre a Municipalização do
72 Murialdo. Se manifesta a Conselheira SANDRA PERIN, e relata fato ocorrido com paciente
73 internado no Hospital Vila Nova. Diz que este relato já está no Conselho e solicita que o
74 mesmo dê encaminhamento. Comentamos com o Sr. NEI que o Contrato com o Vila Nova
75 foi renovado e que nós não ficamos sabendo. Certamente as Comissões de DST-AIDS e de
76 Fiscalização emitirão seus pareceres e que virão para esta Plenária e a partir daí
77 gostaríamos de novamente discutir esta questão do Vila Nova. Fala o Conselheiro ALCIDES
78 POZZOBON, que trás à Plenária a informação que nos dias 20, 21 e 22 de outubro de 2005,
79 acontecerá o Vigésimo Segundo Congresso da AMRIGS, que tratará do Tema Integração,
80 Qualidade de Vida. Junto com isso ocorrerá o Sul Saúde 2005, evento específico para
81 dirigentes e profissionais de saúde que trabalham nos estabelecimentos do RS. Passa a se
82 manifestar o Sr. Coordenador NEI CARVALHO, que comunica o afastamento do Núcleo de
83 Coordenação do Conselho Municipal de Saúde, da Dra. ANA MARIA CIRNE, que foi
84 nomeada pelo Gestor Municipal de Saúde para o cargo de Assessora da Gerência Distrital
85 Restinga-Extremo Sul. A sua Suplente, a Sra. ZILDA MARTINS, deverá ocupar, nos dois
86 meses que nos restam, o lugar da Dra. ANA. Certamente continuará contribuindo conosco,
87 pois sabemos que além de tua profissão, este tipo de trabalho tu gostas de fazer. Ressalta o
88 Coordenador NEI CARVALHO a importante contribuição que sempre a ANA CIRNE deu
89 para este Conselho. Segue o Sr. NEI dizendo que hoje pela tarde passou rapidamente pelo
90 Conselho Estadual de Saúde e não teve tempo de acompanhar a avaliação sobre a
91 Conferência da Saúde do Trabalhador, que aconteceu no fim de semana passado em Passo
92 Fundo. Para ele é incompreensível que Porto Alegre, que possui 10% da população do
93 Estado e que atende uma parcela enorme de Usuários do SUS do Estado, não tenha uma
94 cadeira no Conselho Estadual. Comenta também sobre a fórmula utilizada para a escolha de
95 Delegados à Conferência de Saúde do Trabalhador, onde as Coordenadorias em que houve
96 maior número de municípios que realizaram as Conferências Municipais de Saúde do
97 trabalhador, tinham o direito de indicar Delegados à Conferência Nacional. Isto, por exemplo,
98 não significava que muitos municípios estivessem presentes na Conferência Estadual, bem

99 como não se podia avaliar a própria qualidades destas Conferências Municipais realizadas.
100 Comenta também o Coordenador NEI sobre as duas reuniões que já aconteceram sobre a
101 Municipalização do Murialdo. Dia 19 de outubro ocorrerá um novo encontro do Grupo.
102 Quanto questão da Emenda do Hospital Parque Belém, a mesma passou novamente para a
103 Câmara de Vereadores, sem passar por discussão neste Conselho. A questão do Vila Nova,
104 nos surpreende muito a Renovação do Contrato, pois nós tínhamos uma série de problemas
105 para discutir em relação ao Hospital, principalmente com as ONGs que estão envolvidas
106 com o assunto, incluindo a questão da Susepe. Fala o Coordenador NEI para o Sr. DALMÁS
107 que o Conselho não esqueceu as demandas do Parque Belém. Lembra que recentemente o
108 Conselho acertou com a Secretaria a aplicação de uma verba de R\$650.000,00 referente
109 aos anos de 1999-2001. Formou-se uma Comissão entre Secretaria e Conselho, que visitará
110 as Unidades indicadas pelas regiões constatando então quais os melhoramentos que
111 poderão ser priorizados. Portanto Sr. DALMÁS, lembra o Coordenador, a demanda o Parque
112 Belém está no ano de 2002, que será negociada com o próximo recurso que entrar ou
113 discutimos como fazemos isto. Fala então o Sr. RAUL MARTINS, já lembrando ao Sr.
114 DALMÁS que não foi a atual Secretaria que se comprometeu com os R\$280.000,00 mas sim
115 o Gestor passado. Sobre o Murialdo e a Dermatologia Sanitária temos tido um
116 encaminhamento e queremos lembrar que a nossa fala foi de que essa Municipalização seja
117 de forma responsável. Que não passe ao município somente o ônus, pois tem todo o recurso
118 para manutenção dos equipamentos, com telefonia, luz, serviços de portaria, etc... Num
119 primeiro momento o Estado não está acenando com nenhum recurso vindo junto e com isso
120 nós não podemos concordar, inclusive o próprio Conselho Municipal de Saúde. Não
121 podemos comprometer cada vez mais os recursos do Município e desonerar o Estado, pois
122 também é sua tarefa financiar o SUS. Certamente é um complicador e será a pauta principal
123 do processo. Quanto ao Vila Nova, a Renovação do Convênio era uma necessidade para a
124 gente regularizar uma situação que estava perdurando até setembro, de Prestação de
125 Serviço, sem ter uma remuneração. Nós vínhamos gestionando junto ao Hospital as
126 condições de melhoria no atendimento, exatamente como a SANDRA, do GAPA e o
127 Conselho Municipal de Saúde. Chamamos diversas vezes o Hospital Vila Nova, acreditando
128 que estávamos construindo isso. Certamente o Convênio que deveria ter passado pelo
129 Conselho Municipal, até mesmo na sua renovação, só não passou, por uma questão de
130 pressão total dos trabalhadores, que estavam passando dificuldades até no recebimento de
131 seus salários. Fruto disso, acho mais do que justo a gente fazer uma frente neste momento,
132 de estancar o problemas do Vila Nova, para que não houvesse um desatendimento, que era
133 a grande ameaça dos trabalhadores. Existe um Convênio com a Susepe, que não é
134 repassado desde Setembro do ano passado, pelo Estado. A explicação deste é de que a
135 Prefeitura Municipal de Porto Alegre está no CADIN. Demonstramos ao Gestor Estadual,
136 que está previsto na Lei, que mesmo estando no CADIN, podemos e devemos receber
137 recursos pois a Saúde esta acima disso. É legal. Na semana passada fizemos acordo com o
138 Estado e desfizemos o Convênio com o Vila Nova, no que diz respeito a Susepe. Ai o
139 Estado pode repassar direto os valores pendentes. Os recursos do HIV-AIDS estão todos
140 repassados. Estamos completamente em dia. O Hospital tem recebido os
141 R\$360.000,00/mês. O Hospital também recebeu todos os repasses do Mutirão de Cirurgias
142 e de todas as Cirurgias Vasculares contratadas além do teto do Hospital. Tiveram também 3
143 adiantamentos de Recursos para que não tivesse nenhum tipo de interrupção nas suas
144 atividades, em momentos distintos neste ano. Lamentavelmente a Direção do Hospital não
145 fala isso. Afirma o Sr. RAUL MARTINS que a parte da Secretaria Municipal de Saúde foi
146 integralmente feita. O Coordenador NEI CARVALHO encaminha a apresentação dos
147 pareceres pela Coordenadora da Setec, ELEN BORBA. **Parecer 37/05-IRMANDADE**

148 **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA/Projeto de Emenda Parlamentar para compra de**
149 **Equipamentos no valor de R\$100.000,00.** Antes de ser encaminhado à decisão da
150 Plenária algumas manifestações são feitas, como a do Sr. Coordenador NEI CARVALHO,
151 que comenta sobre reclamações que acontecem em relação ao Hospital Santa Rita, mais no
152 sentido da necessidade do que na qualidade e esta compra de Equipamento se justificaria. A
153 Sra. IOLANDA DALMÁS sugere que o Conselho proponha algum mecanismo que faça com
154 que estas verbas de Emendas Parlamentares sejam canalizadas todas para o Fundo
155 Municipal de Saúde e o Município, junto com o Conselho, decida aonde aplicá-las. Se
156 manifesta o Conselheiro JAIRO TESSARI dizendo que o Conselho Estadual de Saúde já
157 tentou fazer isto, mas sabe-se que estas Emendas são utilizadas pelo Executivo para
158 negociar com os Parlamentares. O problema é que somente estes Parlamentares podem
159 modificar esta Lei e isso será difícil de acontecer. O Sr. RAUL MARTINS diz que terminar
160 com estas Emendas Parlamentares seria terminar com o poder de barganha do Executivo,
161 que é o que acontece. Isso daria sim a possibilidade de o Conselho destinar o recurso para
162 onde quiser e terminaria com o poder de barganha, mas isto está muito longe. É
163 encaminhada então a apresentação referente ao **PARECER 34/05 da PONTIFÍCIA**
164 **UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL**, referente ao **PROJETO DE**
165 **RESIDÊNCIA INTEGRADA EM SAÚDE** que na Plenária anterior foi solicitado maiores
166 esclarecimentos pela Conselheira ANA MARIA CIRNE. A Professora MARION faz então
167 uma apresentação breve do que trata o Projeto. A Conselheira ENCARNACION pergunta se
168 com a implementação deste Projeto haverá um aumento de Profissionais auxiliando na
169 Rede. Diz a Professora MARION que certamente haverá ampliação de atendimento, e como
170 exemplo cita o caso dos Médicos Residentes, que quando passam a auxiliar no atendimento
171 consegue-se aumentar a oferta de serviço. O Sr. RAUL MARTINS esclarece que o recurso
172 que financia este Projeto é do Ministério da Saúde, onde existem projetos que visam realizar
173 Residência Integrada em Saúde. Já existe uma tratativa do Gestor Público Municipal junto à
174 PUC de ampliar o atendimento, fruto do processo de Contratualização da PUC, ou seja,
175 dentro daquele contrato de Prestação de Serviços. Isto está sendo discutido para ampliação
176 de toda a Região Lomba-Partenon. É encaminhado o **PARECER 40/05 do GRUPO**
177 **HOSPITALAR CONCEIÇÃO sobre o Pré-Projeto no valor de R\$252.436,55 com**
178 **recursos do Programa Participação Popular e Intersetorialidade na Reforma Sanitária**
179 **e no SUS.** Sobre este Pré-Projeto não houve manifestação da Plenária. É encaminhado o
180 **PARECER 41/05 referente a PROJETO PARA TRANSPORTE DE MATERIAL PARA**
181 **ANÁLISES CLÍNICAS.** É apresentada a proposta pela representante da Secretaria, sendo
182 posteriormente questionada por alguns membros da Plenária. São colocados em votação
183 então os Pareceres 37/05, 34/05, 40/05 e 41/05. São aprovados por 35 votos favoráveis, 1
184 contrário com Declaração de Voto da Conselheira CLÁUDIA FELDMANN, pois não
185 concordou que a votação fosse em Bloco pois havia Parecer em que tinha posição contrária.
186 O Coordenador NEI CARVALHO leva ao conhecimento da Plenária Ofício 228/05(Cópia
187 anexa a Ata) do Sr. Coordenador da ASSEPLA, RAUL MARTINS, onde o mesmo solicita
188 que parte do Recurso Orçamentário do Conselho Municipal de Saúde no valor de
189 R\$70.000,00 seja liberado para o COMEN(Conselho Municipal de Entorpecentes). A
190 proposta é colocada em votação e por 37 votos contrários é rejeitada. A Conselheira LISIA
191 GABE se manifesta em nome da Comissão de Assistência Farmacêutica, solicitando que
192 mais Usuários venham participar de nossas reuniões, conforme calendário já
193 preestabelecido. Diz ela que a Comissão tem feito visitas com o objetivo de conhecer os
194 locais e também os trabalhadores. Não vamos com o objetivo de fiscalizar mas de poder
195 colaborar. Já visitamos o Almoxarifado, o Hospital Presidente Vargas, pretendemos ir no
196 SAMU. O objetivo é levantarmos o maior número de problemas e poder discuti-los.

197 Gostaríamos que sempre o representante do Gestor fosse conosco. Agora, no HMIPV, na
198 última hora o JULIANO colocou que não poderia ir. O Secretário, Dr. PEDRO GUS, por
199 necessidade de compromisso solicita para retirar-se mas antes diz, respondendo à LISIA,
200 que na Secretaria, são muito poucas pessoas para comparecer aos muitos locais onde são
201 chamados. Deixa seu boa noite pois tem um compromisso a cumprir. Encaminha então o
202 Coordenador NEI CARVALHO a apresentação da Proposta de Orçamento da Secretaria da
203 Saúde para 2006. Antes, lembra o Sr. NEI, que na Plenária que aconteceu na Câmara de
204 Vereadores já havia manifestado a posição do Conselho em relação a não apresentação do
205 PPA neste Conselho e motivando assim o envio de uma Representação ao Ministério
206 Público, em função de não termos discutido as propostas referentes à Saúde do PPA. A
207 Secretaria, através do Sr. RAUL MARTINS, nos disse que a questão do PPA foi uma
208 decisão do Governo Municipal. A composição do Orçamento de 2006 tem uma parte que
209 está no PPA e conseqüentemente não foi debatida neste Conselho. Inicia então o Sr. RAUL,
210 do Financeiro, responsável pela elaboração do Orçamento da Saúde para 2006. Inicia com
211 um esclarecimento importante, dizendo que não existe um Orçamento da Secretaria, mas
212 sim da Prefeitura e quem coordena é a Secretaria da Fazenda e o GPO, Gabinete de
213 Planejamento e Orçamento. Lembra que os Orçamentos sempre são feitos a partir do
214 histórico de anos anteriores, ou seja o que se gastou em anos anteriores e a Secretaria da
215 Fazenda faz uma estimativa de Receita. Orçamento é uma coisa, o dinheiro que a gente tem
216 é outra. Nem sempre a previsão se concretiza e nem sempre na época que a gente precisa.
217 Por exemplo, no dia primeiro de janeiro o dinheiro não está todo depositado na conta. Então
218 a Fazenda manda uma Matriz para a Saúde e nós temos que nos adaptar a esta Matriz . A
219 nossa liberdade é a de decidir o que vai gastar, mais ou menos. Continua o Sr. RAUL
220 apresentando e detalhando os Programas de Gestão, que representam os R\$34.549.932,00
221 que pretende investir na Saúde o Governo Municipal. É aberto então para os
222 questionamentos. Antes se pronuncia o Sr. RAUL MARTINS, dizendo do porque foi
223 apresentado Programa a Programa. Quando apresentamos na Setec, fizemos uma
224 apresentação de todo o conjunto de ações que estão no Pluri Anual, mas que dizem respeito
225 somente ao ano de 2006, com os valores de 2006. A Setec nos solicitou que houvesse o
226 esclarecimento a todos do que se tratavam estas ações. Encaminham-se as perguntas.
227 Inicia com o Conselheiro OSCAR PANIZ, ressaltando a expressão usada pelo RAUL , do
228 Financeiro, que é "Expectativa de Receita". Precisamos ficar atentos então para o
229 comportamento da Receita, pois caso ela seja a esperada as propostas de investimentos
230 aqui explicitadas se concretizarão, caso contrário haverá problemas de execução. Para nós
231 do Conselho é importante termos todas estas informações, pois a partir delas é que
232 podemos efetivamente acompanhar , fiscalizar. Os Programas apresentados têm toda uma
233 transversalidade e a preocupação é como acompanhar isto. Ressalto, que é o primeiro ano
234 que o Orçamento vem para o Conselho, apesar de que a semana que vem já vai para a
235 Câmara de Vereadores. No detalhamento, não foi possível analisar antes. Por exemplo, os
236 PAs, no Orçamento de 2005 estavam separados. Para 2006 já, esta com o Orçamento
237 unificado. Os investimentos em manutenção, para min, não ficaram claros. O valor de
238 investimento nas Equipes de Saúde da Família, de 19 milhões. Aqui é o exemplo claro de
239 que se a expectativa de receita se concretizar os investimentos acontecerão, caso contrário,
240 certamente, não. O RAUL, do Financeiro, ressalta que dos 21 Programas de Governo, um
241 deles é da Secretaria da Fazenda, e se chama "Mais Receita, Mais Serviços". Se manifesta
242 o Conselheiro CLodomAR, faz uma crítica ao baixo valor proposto para Programas que
243 envolvem a FASC, o NASCA. Para ele não se aplica em Prevenção mas na falta de Saúde.
244 O Conselheiro DEOCLIDES demonstra sua preocupação com a Receita. A Conselheira
245 JANETE MENGUE DA SILVA diz-se preocupada pois não conseguiu ver propostas que

246 tratem da Reabilitação. A Conselheira LISIA GABE diz que não conseguiu ver o que será
247 investido em Medicamentos. A Sra. IONE NICHELE fala dos Centros de Referências
248 Geriátricos, dizendo que tem acompanhado o trabalho relacionado ao Idoso e só tem elogios
249 ao mesmo e questionando então se tudo o que está sendo feito será mantido. Demonstra
250 sua preocupação, em relação aos Programas apresentados, pois envolvem
251 fundamentalmente Recursos Humanos e que para ela isto está um caos, na Saúde. Dá
252 como exemplo o guiche de atendimento do IAPI, que cada vez que ela visita aquele local,
253 menos funcionários tem. Fala a Sra. IONE sobre a Saúde Bucal das crianças, que na rede é
254 um problema sério, mas vê pouco investimento nisto e para complementar lhe preocupa
255 muito a questão da Receita, pois sobre ela se criam muitas expectativas e que após, na
256 prática, passam a não acontecer. Se manifesta a Conselheira ELAINE, levantando a questão
257 da Psiquiatria Infantil, questionando se serão atendidas apenas crianças com idade escolar
258 de 0 a 6 anos, pois os NASCAs, quando foram criados, tinham uma Equipe Multiprofissional,
259 que atendiam a todos os Escolares. Não sei como ficou esta questão do NASCA, que
260 inicialmente foi criado para fazer Prevenção, dentro da Escola, quanto tratamento de
261 crianças em idade escolar, com problemas. Parece que há uma proposta da Secretaria que
262 o NASCA fique só na prevenção escolar. Acho que é equivocado separar o trabalho da
263 Prevenção, da Curativa. Quem faz o trabalho da Curativa também deve fazer Prevenção.
264 Como o pessoal das Equipes de Saúde Mental que fazem Assessoria à Rede Básica, como
265 prevenção, orientação, fazem também o atendimento. Seria estranho dar somente
266 Assessoria. Então a pergunta é sobre o NASCA e Psiquiatria Infantil. Fala então o
267 Coordenador NEI CARVALHO, que diz querer se referir a aspectos mais conceituais.
268 Quando se fala da apresentação de um Plano para 2006, estamos falando de um Pluri
269 Anual, da LDO, do Plano Municipal de Saúde, que estamos preparando. E pergunto a vocês,
270 como vamos fazer tudo isso, se tínhamos uma proposta de fazer um Plano Municipal de
271 Saúde, pois era uma reclamação da população, de que só se faz Conferências e não se
272 aplica o que lá é decidido. O desafio era aproveitar que estamos construindo um Plano
273 Municipal de Saúde, que não começou este ano, mas no ano passado e que foi
274 inviabilizado, por algumas razões. Estamos retomando novamente. Estamos muito devagar.
275 Existem algumas dificuldades de entendimento de como vamos poder estar trabalhando
276 nisso. Tudo isso é um contexto só. Estamos falando de um Pluri Anual, para 4 anos e que
277 nós do Controle Social tínhamos ambição de discutir, para não pegarmos os imbutidos,
278 como agora. Temos que ter noção disso. Conversando com a Secretaria, nos falaram que
279 não foi um problema dela e sim do Governo Municipal. Estamos discutindo o pequeno e o
280 grande já foi aprovado, não pela população e pelos Conselheiros da Saúde. Como faremos
281 um Plano Municipal de Saúde, com a cara da população. Coloco isto para vocês pois
282 discutimos a tempos isto e me sinto na obrigação pois o que aprendemos no movimento
283 social, no controle social e na saúde, se guardarmos para nós, não adiantará nada. Teremos
284 que ir para os desdobramentos do Pluri Anual. Durante anos não se discutiu neste Conselho
285 PPA, Plano Municipal, Orçamento. Isso reconhecemos. Mas continuamos este processo.
286 Por exemplo, a questão dos medicamentos, a compra de material de consumo, que temos
287 um problema sério no PACS. Precisávamos fazer um comparativo de consumo, de valores e
288 quantidade, entre o ano passado e este, para poder-se Projetar 2006. Se a Secretaria não
289 está comprando é porque não tem dinheiro. Na questão dos medicamentos, se criticou
290 bastante que o ano passado foram destinados somente 10 milhões e que deveria ser 18
291 milhões. Não podemos ficar errando novamente. No ano passado cometemos um erro
292 gravíssimo. Fala o Conselheiro DARCY VILLANOVA, que questiona sobre o Hospital
293 Presidente Vargas que tem 260 leitos, mas que usa somente 160. A pergunta é se há
294 previsão, neste orçamento, de se reativar mais leitos neste Hospital. Haverá contratação de

295 Recursos Humanos. Outra pergunta é onde está inserida a verba para Medicamentos?
296 Outra questão é sobre a dotação de 450 mil reais para o Hospital da Restinga. Foi aprovado
297 aqui neste Conselho um Convênio onde dizia que o Hospital seria custeado pelo Associação
298 Hospitalar Moinhos de Vento. Gostaria de ser esclarecido. Fala a Conselheira SANDRA
299 PERIN, reclamando primeiramente o não recebimento de emails, inclusive o GAPA, pois no
300 caso, de Orçamento, isto a gente discute lá e trás para cá. Outra coisa importante é como eu
301 vou saber se, por exemplo, 100 mil reais aplicado em determinada coisa, em 2006, vai ter
302 um acréscimo na qualidade da Saúde, pois eu não tenho como fazer um comparativo com o
303 ano passado para saber se está melhorando ou não, para como Controle Social, junto com o
304 Gestor, tentar encontrar uma forma em que haja maior recurso para determinada situação.
305 Isto é mais no sentido de sermos um aliado do Gestor, para que as verbas venham. Sobre
306 aquela Planilha relacionada a tratamento de Drogaditos, não sei se ela já tem a ver com a
307 mudança no Programa de Redução de Danos, pois existe uma coisa que já tínhamos.
308 Quando a gente fala na política de Redução de Danos, que o Brasil tem implementado, ela
309 já se contrapõe a "Tratamento de Drogaditos" pois é uma questão conceitual, filosófica. Já
310 não se faz Redução de Danos dizendo que vai tratar de Drogaditos, que não é esta a
311 palavra que se usa. O RAUL, do Financeiro, diz que esta ação do Programa Bem Me Quer,
312 está atrasada em relação ao Programa A Receita é Saúde. E soube hoje que o líder desta
313 ação, a Dra. CARLA BICA, leu e não concorda com este termo. Não aconteceram as
314 Reuniões do Programa, mas quando acontecer, a CARLA já proporá mudanças. Fala o Sr.
315 STÊNIO, dizendo que o Orçamento indica onde serão estabelecidas as prioridades da
316 Administração. Então, onde eu coloco mais dinheiro é onde tenho prioridade. O que temos
317 que prestar atenção são nas ações. A quantidade de recursos é dirigida par estas ações. E
318 ai fazendo algumas considerações, o conceito de Saúde é muito amplo, no ponto de vista de
319 moradia, educação, etc.. Quero estar enganado, mas parece que se vive uma história
320 semelhante a do Estado. Temos, por exemplo, dirigido 500 mil para a Saúde do
321 Trabalhador. São 40 mil trabalhadores, todos do Município de Porto Alegre, assim como o
322 Programa de Prevenção de Perda Auditiva pelos professores de toda a rede municipal da
323 educação. Então, são ações de Saúde do Trabalhador, que em princípio, deveriam estar
324 vinculadas a Secretaria de Administração, com financiamentos de outra natureza e não no
325 orçamento da Saúde. Para quem é mais antigo, passamos um bom tempo discutindo sobre
326 o CAE (Centro de Atendimento ao Educando). Na época tinha-se em torno de 3 mil escolas
327 e tinham em torno de 100 escolas, super estimando, que tinham Médico, Gabinete
328 Odontológico, Assistente Social e Psicólogo. Levamos um tempo para disconstituir isso para
329 integrar a Rede de Atenção Integral à Saúde, de forma que este profissional estivesse
330 atendendo a todas as crianças e não às crianças daquela escola única, escola, que muitas
331 vezes eram profissionais ociosos. Com isso, receio que nesta história do NASCA a gente
332 possa enveredar para o que relatei acima. E sobre aquele Programa que fala de Prevenção
333 de Câncer de Colo de Útero e de Mama, onde dividiram as mulheres negras em 4 mil, em
334 quatro anos para Câncer de Colo e mais 4 mil para Câncer de Mama. Ai temos com as
335 Mulheres Brancas a mesma coisa, ou seja, dividiu-se as mulheres por raça, por cor. Temos
336 uma população estimada de 750 mil mulheres em Porto Alegre. Então, quanto eu saiba, a
337 prevenção é feita na Atenção Integral, onde se tem os exames ginecológicos de praxe, de 6
338 em 6 meses. Não devemos ter mais de 200 índias em Porto Alegre. Quando a gente tenta
339 contemplar a Saúde da Mulher Negra, acho que temos que fazer outra abordagem. Não
340 podemos dividir as 750 mil mulheres de Porto Alegre por cor, etnia, etc Os serviços tem que
341 ser garantidos para todas elas. Fala o Sr. RAUL MARTINS, dizendo que todos já lhe
342 conhecem o suficiente para que o compromisso para com o Controle Social e a visão de que
343 quando erramos, assumimos este erro. O PPA não foi encaminhado mesmo para o

344 Conselho Municipal de Saúde. Uma das coisas que nós mais nos atrapalhamos foi na
345 construção do PPA. Um governo que se instala, e em 4 meses tem que elaborar o PPA,
346 para 4 anos para a frente. Foi uma dificuldade para nós tentar nos enquadrar e ver o que era
347 e como fazíamos isto. Assumimos a nossa responsabilidade, só que queremos lembrar o
348 seguinte: nunca antes foi encaminhado também. E temos uma perspectiva muito boa, de
349 compromisso pactuado agora, de que este PPA já tem data para revisão em Maio de 2006.
350 Ou seja, já temos que pensar no PPA, para em Maio de 2006. Consagrarmos a participação
351 do Controle Social. integralmente nele. Inclusive, ele pode ser totalmente revisto, até porque
352 recebeu emendas de Parlamentares, duas das quais que o STÊNIO falou aqui, aliás duas do
353 Partido dos Trabalhadores, estas duas, que são realmente um crime, pois não têm dimensão
354 adequada, pois segmentam absurdamente as pessoas, em blocos diferentes, como se isso
355 fosse possível de se fazer e tu tens razão nisso. Ao mesmo tempo, estamos levantando uma
356 situação nova no Conselho Municipal de Saúde. Pela primeira vez, não com a antecedência
357 que nós gostaríamos, está sendo apresentado antes de ir para a Câmara de Vereadores o
358 Orçamento proposto para a Saúde, aqui no Conselho. Quando a JANETE fala da
359 Reabilitação quero dizer que estamos extremamente preocupados com ela. Não está em um
360 Programa específico, ainda. Esta é uma revisão, que no PPA teremos um compromisso com
361 ela, pois temos um compromisso com 4 Eixos: PROMOÇÃO, PROTEÇÃO, RECUPERAÇÃO
362 E A REABILITAÇÃO, que é problema em todo o País. Não existe Política Pública de
363 Reabilitação, mas queremos construir isso. O CLODOMAR quando fala as vezes se perde
364 um pouco e acaba agredindo, mas tem razão quando diz que nós continuamos insistindo na
365 regra de aplicar muito mais na cura, na doença, do que na prevenção. E ai nosso PPA é
366 diferente de todos os anteriores, pois estamos nos dando conta daquele que é investido em
367 Saúde e está com recurso de outra área. Respondendo sobre a verba para Medicamentos,
368 diz que para 2006, haverá 16 milhões. A nossa proposta nos NASCAs é toda voltada para a
369 Saúde da criança, seja ela dos 0 aos 12 anos. A idéias dos NASCAs é trabalhar como uma
370 Unidade de referência, onde ela vai nas escolas, trabalha Promoção, prioritariamente, mas
371 não esquece, em nenhum momento, da ação de Recuperação da Saúde, na medida em que
372 nós tivermos pernas para fazer isso. Lamentavelmente os nossos NASCAs estão
373 esfacelados em termos de Recursos Humanos. Sobre o HMIPV, os 23 milhões são para
374 custeio, manutenção. Não dá nem para tentar abrir os leitos. Ressaltamos que pela primeira
375 vez, na Operação Inverno deste ano operamos com 100% dos leitos. Continua o Sr. RAUL,
376 dizendo que todos acompanharam a Leitura do Documento referente a destinação do
377 recurso do COMEN. O Vereador entrou com pedido ao Prefeito que destinasse os
378 R\$70.000,00 para o COMEN. Usamos de mais agilidade e encaminhamos o Ofício a
379 Conselho Municipal de Saúde, para que se manifestasse sobre o seu dinheiro, pois eu
380 precisava da posição do Conselho, contrária as ida desta verba para lá. De posse da Ata do
381 Conselho e da decisão do Conselho, nós informaremos ao Vereador que este recurso não
382 irá para o COMEN. Na questão do Hospital da Restinga, de novo uma emenda de um
383 Vereador. No PPA há R\$1.450.000,00 e não concordamos, tanto que não validamos a ação
384 no PPA. Somos contrários a que recurso público vá para o Hospital da Restinga. Uma
385 proposta de uma Entidade, que se diz filantrópica de investir recursos da filantropia, na
386 construção de um Hospital, O.k. Somos parceiros do Conselho Municipal de Saúde,
387 contrários a esta posição. Mas temos que ter esta posição aqui. Ela tem que ficar
388 consagrada aqui. Quero dizer que tenho algumas preocupações sim com as construções
389 que temos, mas temos a melhor vontade de ser parceiro do Controle Social, do Conselho
390 Municipal de Saúde. Temos mostrado a vocês nossa vontade de acertar, mas não
391 acertamos tudo de uma vez só. Finalizando, o Sr. RAUL MARTINS chama a atenção sobre o
392 Conselho Distrital da Lomba do Pinheiro, que passou a ser maios parceiro do Conselho

393 Municipal e que deverá continuar vir aqui. Esta era uma queixa que eu tinha e agora
394 estamos resgatando a presença deles. Nos encaminhamentos o Coordenador NEI
395 CARVALHO pergunta ao Sr. RAUL MARTINS como será o processo de revisão do PPA, ou
396 seja, virá para este Conselho e nós faremos junto com a Secretaria ou tem outra proposta.
397 Outra questão, diz o Sr. NEI, o Conselho ainda não está sendo propositivo. Não queremos
398 só aprovar os Projetos, mas sim também propor alterações, por exemplo. Mas para isso
399 estes Projetos precisam vir com tempo. Amanhã pela manhã estaremos na Câmara de
400 Vereadores discutindo Reabilitação e não sei o que vou poder falar pois passamos todo este
401 ano tentando nos reunir com a Secretaria para tratar da Proposta que foi discutida no ano
402 passado e até o momento não obtivemos resposta. Vou ter que dizer na Câmara, que ainda
403 não conseguimos discutir com o nosso maior Parceiro, que é a Secretaria. Finalmente, nós
404 queremos saber sobre a dívida do Estado, que questionamos sobre isso e não obtivemos
405 resposta. Fala o Sr. RAUL, dizendo que quando se assume a responsabilidade, não se
406 passa ela adiante. Nós construímos O PPA da Saúde e nós erramos em não trazer ao
407 Conselho. Então ele será revisado por nós da Secretaria junto com o Conselho. Encaminha
408 o Sr. Coordenador NEI CARVALHO a leitura do **PARECER 39/05** referente **PROPOSTA DE**
409 **ORÇAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2006**. Retoma
410 a palavra o Sr. Coordenador, lembrando que é importante ressaltar que a nossa aprovação
411 inclui a Proposta do Pluri Anual e que temos o compromisso do Município de Porto Alegre de
412 revisá-lo, no que compete a Saúde, até maio de 2006. Após esta revisão deverá ser
413 encaminhado à Câmara de Vereadores. Fala o Sr. RAUL MARTINS, dizendo que o
414 compromisso é com o PPA. A LDO não tem revisão. É uma estrutura da Secretaria da
415 Fazenda que nós da Saúde não temos intercessão nenhuma. A LDO é uma Lei que
416 determina a forma de distribuição de Recursos na Prefeitura de Porto Alegre como um todo.
417 O Conselheiro ALCIDES POZZOBON sugere que além da revisão do PPA, se inclua o
418 Projeto da Reabilitação. Encaminha então o Sr. Coordenador NEI CARVALHO, à votação, a
419 Proposta Orçamentaria para 2006, incluindo a Revisão do PPA, na parte sobre Saúde.
420 Como resultado 21 Conselheiros votaram favoravelmente, 2 contrários e 1 abstenção. A
421 Conselheira SANDRA PERIN declara seu voto, dizendo que está se abstendo de votar a
422 Peça Orçamentária, e não a Revisão do PPA. Como o Coordenador colocou em votação as
423 duas questões sem perguntar se a Plenária estava suficientemente esclarecida sobre o que
424 votaria, pois se tivesse perguntado, teria solicitado desmembramento das votações. A
425 Conselheira MARIA ENCARNACION, também declara seu voto, pois não recebeu a cópia
426 da Proposta Orçamentária. Somente recebeu hoje, na entrada da Plenária. Lembra o Sr.
427 Coordenador, que na Plenária de 20 de outubro de 2005 o tema será, "Aspectos Éticos na
428 Atenção ao Usuário". As 22:40 hs, nada mais havendo a tratar é encerrada a presente
429 Plenária e lavrada a presente Ata, por min, OSCAR PANIZ, Secretariada

430

431 NEI CARVALHO
432 Coordenador Secretário

OSCAR RISSIERI PANIZ
Secretário

433

Ata aprovada da reunião Plenária do dia 20/10/2005.

434